

CENTENÁRIO DE FERREIRA DE CASTRO (1898.05.24 — 1998.05.24)

Óscar Lopes

Ferreira de Castro foi com certeza o *best-seller* e escritor português mais conhecido, à volta pelo menos de 1930-1960. A colecção de *a Volta ao Mundo* teve uma tiragem de 26.500 em 1944, *As Maravilhas Artísticas do Mundo* tiraram 30.000 exemplares em 1963, *A Selva* tinha em 1974 saído em 14 traduções totais, com cem mil exemplares numa das edições francesas. Há factores especiais a ponderar, mas a verdade é que a população portuguesa aumentou e os meios de divulgação são hoje muito mais poderosos. E, no seu tempo, Ferreira de Castro não poderia servir-se de televisão nem utilizar outros meios relativamente poderosos; quanto a traduções, pode provar-se que a célebre versão francesa de *A Selva*, por Blaise Cendrars, 1938, não deu início a outras versões, antes as seguiu. O início da sua grande carreira de romancista é posterior ao apogeu de *A Batalha* (órgão, em princípio diário, da C.G.T., de carácter anarco-sindicalista, 1919-1927, data em que foi oficialmente extinta), quando era presidente do Sindicato dos Profissionais da Imprensa: data de 1928 a publicação de *Emigrantes*, a sua mais antiga obra cuja republicação autorizou, com apagamento futuro de cerca de 17 novelas, romances e peças de teatro, entre os quais *Êxito Fácil*, que satiriza um então conhecidíssimo nome da literatura conformista, fora já traduzido com publicação em espanhol.

Isto diz-no já bastante de um amor às letras que deve ter sido muito precoce, pois já no siringal do rio Madeira escreve, em 1912-1913, dois romances publicados na imprensa do Pará, e até 1923 consegue editar a restante obra no Brasil e depois em Portugal, acumulando-a com os trabalhos mais humildes, como a colagem de cartazes nas paredes e uma intensa e mal paga atividade

jornalística. Chegou a passar literalmente fome e péssimas acomodações para sobreviver. Não esqueçamos que partiu para o Brasil com onze anos de idade e apenas munido de um exame do primeiro grau primário em 1911, órfão de pai e com três irmãos mais novos. Chega a Belém e é pouco depois despachado noutro navio para uma plantação de borracha, num afluente do rio Amazonas. Por qualquer razão, manteve-se discreto quanto a esses primeiros anos da emigração, e quando em Portugal publica *Emigrantes*, em 1928, tem como assunto a emigração destinada ao porto de Santos, e daí a São Paulo e a uma fazenda de café. Este volume tem o interesse de expor a manobra de engajamento, em que a Ferreira de Castro são legalmente subtraídas as courelas com que assegurou a passagem da ida, e reconhece a rápida transformação visível nas cercanias do seu rio Caima natal, a favor dos que o enganaram; na imigração reconhece a mistura dificilmente compreensível de russos, eslovacos, italianos, romenos, mulheres polacas, turcos e outras nacionalidades, que todos verão com desespero o dinheiro escapar-se das mãos, devido aos custos dos bens essenciais de consumo fixados por parte dos próprios contratadores de trabalho; a única pessoa enternecida será, para ele, uma mulata, que se afasta da plantação para escapar a manifestações de ciúme e cio do feitor. O protagonista evade-se por ânsia de libertação, e acaba por ver-se, quase inconscientemente, envolvido num levantamento de proletários urbanos, que é facilmente liquidado numas circunstâncias que lhe propiciam assenhorear-se dos bens de outro revoltado, já abatido, — e com isso obtém o custo da passagem de regresso à pátria.

Foi o seu primeiro êxito literário. Dois anos depois, em 1930, já com traduções espanhola e italiana dos *Emigrantes*, Ferreira de Castro lança enfim o livro a que deve grande parte do seu nome: *A Selva*. Morre-lhe a mulher com quem vive desde 1926 e na companhia da qual dera um passeio à França graças aos ganhos que obtivera com os *Emigrantes*, Diana de Lis (pseudónimo de Maria Eugénia da Costa Ramos), também autora, a quem dedicara *Emigrantes* e cujos dois livros publica em 1931 e 1932, e vai para a Madeira convalescer de uma profunda depressão. *A Selva* já dispensa o leitor das viagens preparatórias em Portugal; há um longo intróito de umas oitenta páginas, que essencialmente nos leva, por água, num “gaiola” a vapor, de Belém do Pará até ao siringal *Paraíso*, num seu afluente do Amazonas e onde o protagonista, um estudante monárquico exilado, se vê obrigado a aceitar um tratamento comum, como o rancho da terceira classe, e se afaz a uma vida e linguagem vulgares. Daí por diante haverá sempre o mesmo contraste entre as memórias patrioticamente façanhudas do estudante de Direito e a moeda corrente muito prosaica das trocas nos igarapés (confluência de rios enormes, mas pequenos em relação ao grande Amazonas), a roubalheira colossal nos preços das mercadorias elementares oferecidas adiantadamente, finalmente a flora e a fauna de um mundo luxuriante desconhecido, que se fixa na profusão das designações exóticas, os

nomes dos insectos que ferram impiedosamente e se inserem sob a pele, das feras até então desconhecidas, dos ofídios que nem conhecia por descrição, das árvores, arbustos e lianas, das imensas espécies de macacos, das aves esquisitas e de voz inaudita, das milhentas formas de morrer por distração. Alberto faz um curto estádio na colheita do látex da borracha com dois veteranos, assiste a espetáculos impressionantes: a própria presença, nocturna e diurna da selva, por vezes meramente conhecida no local, por cobertura inultrapassável de folhas, como se constituísse um todo universal que o sol ocasionalmente infiltra; o risco dos Pirintintins, tribo de ameríndios ainda livres, que caçam cabeças de gente; um homem que supre simplesmente a proibição de ter mulher com o uso de uma égua; a pesca de uma espécie de seres quase desconhecidos que sobrevivem na lama, com sacadões eléctricos; um assassinio sangui-nolento devido ao facto de um pai não ter cedido uma filha impúbere; uma cheia, uma trovoadas infernal, uma caçada de mamíferos quase desconhecidos. Alberto é promovido a empregado de armazém, e descobre a série infinita dos insectos que mordem; mais tarde, depois de vários episódios de espreira no banho às formas de Dona Yáyá e de outros factos secundários, como tentativas de assédio sexual a uma preta sexagenária — recebe da mãe a notícia de ter sido amnistiado, e o patrão Juca acaba por lhe *perdoar* a dívida que ainda tinha à fazenda. No desfecho do romance há ainda uma vítima de decapitação pelos Paritintins, há outra morte e o fogo posto de que morre Juca, e pelo qual se declara como responsável Tiago, um homem que já fora escravo, mas para quem o espancamento de uns siringueiros fugidos e recapturados, e outras brutalidades do patrão, se tornaram insuportáveis. E imagina-se a fala interior de Alberto, num tribunal onde, contra os seus hábitos antigos, ele assume a defesa dos réus. É manifesta a inadequação deste remate, que o autor defende pela proximidade da oposição Monarquia/República na altura de 1930, quando o romance foi concebido, — e que evidentemente se concilia com a profunda convicção da bondade natural humana no espírito deste romancista. O seu mais inquestionável mérito reside no testemunho de uma intricada exuberância factual que ainda hoje, em que a televisão e os meios de transporte nos levam a qualquer parte da terra, não perde a sua extraordinária força, que só tem a sustentá-la a experiência directa das coisas e um, apesar de tudo, colossal trabalho de síntese e de juízo global por parte de um homem que não tinha tirado um curso completo de instrução primária do tempo, e que, em suma, nos dá um testemunho e vê confirmadas as suas convicções fundamentais.

Em 1968, cumprindo aliás uma promessa feita ainda em vida do general Cândido Rondon, pacificador de várias tribos ameríndias, publica o romance *O Instinto Supremo*, cuja acção decorre nas proximidades do siringal Paraíso e que, baseado em conhecimentos próprios e em diversos relatórios fidedignos, tem como herói a figura de Curt Nimuendaju, um etnólogo que aceitara a nacionalidade brasileira e um apelido ameríndio, e que fiel e corajosamente,

morreu de doença tropical contraída nas suas aventuras, como a que é narrada. Por isso concluímos com ele este elenco ficcionado da realidade social brasileira, que foi tão atacado por nacionalistas brasileiros mas finalmente impugnados por críticos de espírito aberto e exigente como Humberto de Campos. Ferreira de Castro foi sempre internacionalista, desde a altura em que em *A Batalha* se defendia, em 1919-27 (à custa de numerosas pilhagens e assaltos, e apesar de então ser vigente a liberdade de opinião), contra a opinião prevalente, a libertação de todos os povos coloniais, e em todos os seus livros, tanto nas novas espécies de escravidão sob forma de colonialismo, como na apologia das tradições culturais de todos os povos, a sua caneta se pôs decididamente ao lado dos oprimidos sociais. Neste romance entende-se por “instinto supremo” o apelo espontâneo de defesa da vida individual, mas sustenta-se a tese filantrópica de Cândido Rondon, aliás general e com ascendentes ameríndios, segundo a qual é justa a defesa da liberdade dos selvagens, mesmo obtida à custa do risco da própria vida, tal como já no século XVII, e em relação com a liberdade dos ameríndios, fora preconizado pelo Padre António Vieira.

O romance lê-se com interesse, apesar da lentidão dos capítulos iniciais e do seu carácter francamente apologético. Trata-se da preparação de um grupo de cerca de quarenta voluntários que em 1922 vão tentar um posto de entendimento e colaboração com a tribo dos Paritintins, até então inteiramente rebeldes a qualquer contato, e localizada a leste do rio madeira; a chefia da operação está entregue a um discípulo de Rondon, Curt Nimuendaju, já muito seriamente impaludado, que não consegue levar a operação até ao fim. As descrições geográfica, potamológica ou de observação natural aproveitam informações da *A Selva*, embora já completadas por toda a literatura histórica e antropológica posterior, e ainda hoje, 1998, a cem anos do nascimento de Ferreira de Castro, a sua mensagem tem perfeita actualidade no Brasil, como se verifica pelos clamores de milhares de camponeses sem terra, pelas milícias punitivas dos patrões que ocupam impunemente as antigas terras de ameríndios e pela resistência heróica de tantas tribos, por vezes ainda mal conhecidas, que pululam a área cobiçada dos sertões, com o apoio de uma larga opinião católica que regionalmente chega a ter uma larga influência e levam as suas queixas à presença do Papa, nas suas visitas pastorais ao Brasil.

Vamos resumir a acção deste romance a que tão pouca publicidade se tem dado. Escrito em 1965-67, a sua história passa-se em 1922; a sua mensagem, que é a de Cândido Rondon, cifra-se nesta frase simples: “Morrer se necessário; matar, nunca!” Trata-se de preparar um posto de trocas de ideias e coisas simples num ponto-chave: o igarapé (quer dizer, a desembocadura) do afluente do Madeira, que, por seu turno, desemboca no Amazonas, no centro mesmo onde dominam os Paritintins, que o General Rondon ainda não tinha conseguido convencer e que resistiam a todas as expedições, fazendo sortidas e levando cabeças como troféus. Rondon, ainda vivo, está impedido de compare-

cer e a campanha pacífica e até abnegada é comandada por Nimuendaju, antropólogo conhecido, que parte já muito impaludado e não chega a dirigir toda a expedição, devido a um ataque de biliose grave que força a sua remessa para a base a milhares de quilómetros para jusante do Amazonas. A ida de canoas e batelões processa-se do modo então usual, pelo rio acima, e perto do local onde se erguerá o Posto, em noite plena, para causar surpresa. São 23 homens, que passam por terras com designações em parte portuguesas, como Santarém e Alenquer, e que conseguem um desembarque e uma instalação de barracas, arame farpado e guaritas de zinco quase sem resistência, até que começam as primeiras hostilidades de setas, por vezes ervadas, o que comprova a presença ocasional de pequenos grupos de jovens sem capacidade de grande ataque. Começa então a complexa relação entre nativos inexperientes mas senhores da terra e os expedicionários, que se regem por uma rígida disciplina: nada de ripostar com fogo, mas pelo contrário uma tática de pequenas ofertas assinaladas na floresta, e que se repete insistentemente através de todas as vicissitudes; o aprovisionamento dos expedicionários é limitado à pesca no lugar de embarque, e de quando em quando há um homem a menos por doença epidémica ou por ataque das setas de pequeno alcance, a que um ou outro descuido propicia (os brindes gratuitos são depositados de noite, quando os sitiadores descansam); por fim, vai embora uma barça com doentes em estado mais ou menos grave, os ataques beneficiam da experiência e da maturidade dos chefes, e para arredar qualquer desconfiança até o próprio cãozinho dos expedicionários é sacrificado a tiro, para poupar o espanto assustado dos indígenas. A pouco e pouco os nativos descobrem as fraquezas do grupo, abatem o arame farpado a golpes de marreta, derrubam os espeques que seguram os zínco, e acabam por entrar no acampamento sem qualquer manifestação de hostilidade. Aceitam novos brindes oferecidos à mão e procuram apoderar-se de outros objectos que não compreendem — menos os rifles que os expedicionários se recusam de todo em todo a oferecer, para não serem dizimados sem compensação, e chega a entabular-se o primeiro diálogo por meios puramente gestuais, visto que os nativos não reagem a qualquer língua ameríndia que os civilizados conhecem; até que um ancião gravemente ferido pede auxílio ao médico presente. Há uma acalmia, o doente sara e é imediatamente substituído por outros — e o romance finda por uma espécie modesta de Ilha dos Amores, em que todos confraternizam. Até que chega a barça de abastecimento com algum pessoal novo, incluindo o novo chefe que substituirá Nimuendaju, e a façanha está essencialmente ganha, as relações estabelecem-se, e acaba um ciclo de pacificação (real) dos ameríndios, sem intrusões pedagógicas (no que contrasta com os relatos, aliás brilhantes, de Jaime Cortesão, que encara o assunto de um ponto de vista histórico, mas claramente antijesuíta; Ferreira de Castro é também um laico irrepreensível, mas não recua na exibição, sem comentários, e quando essencial de uma oleografia que eu não hesitaria em considerar beata).

Neste resumo, abstraí de descrições pessoais e de relações sentimentais entre personagens, que ocupam grande parte do enredo mas não são fundamentais para o quadro geral; por exemplo, é manifesta a sua simpatia para com a liberdade feminina, a compreensão das chamadas “facadas no matrimônio” *feminino*, e ainda mais insistentes as contradições entre o ideal de paz social e o espetáculo das repressões anti-sindicais, o desfavor do ensino público que não tem em conta as desigualdades originárias de “raça” e posição, e o falacioso das promessas de paz e igualdade universal tão escutadas, em 1922, data da ficção em que se coloca, e que permeiam as conversas dos expedicionários, alguns deles já marcados pela luta social. Apenas estranho que hoje, mais de sessenta anos depois da data de 1922, este romance (tão fiel, embora um escritor actual, dotado de uma razoável instrução pública, com certeza o escreveria de modo mais sóbrio) seja praticamente esquecido, ou julgado por alto.

De toda a obra de Ferreira de Castro tive apenas a oportunidade de versar o que chamaria o ciclo da emigração, embora a lesse inteiramente. Deixarei assim de lado obras como *Eternidade*, romance escrito em 1933, durante a restauração de uma doença então grave, uma septicémia e no seu reajustamento a uma vida vazia de Diana de Lis, em que eu salientaria a liquidação final e visivelmente silenciada pela censura interna, de uma simples greve de bordadoras pelo então usual exílio para Angola (era o recurso frequente, durante séculos de colonização, de *carne branca fresca*; *Terra Fria*, 1935, que decorre na raia com a Galiza, e que hoje tem a sua principal testemunha em memórias de Bento da Cruz, que aí foi pastor e portanto conhece melhor a região e costumes que Ferreira de Castro, simples jornalista a reconstituir fielmente a vida local; *Tempestade*, 1940, drama, intrigante e bem ambientado, que evoca uma figura feminina cujas hesitações se explicam finalmente, por um primeiro amor oculto pela ausência, em África, do rival desconhecido, que regressa quando ela já se dispunha ao casamento do protagonista; em 1950, depois dos êxitos jornalísticos de *Pequenos Mundos*, 1937-38, e *Volta ao Mundo*, 1941-44, escreve *Lã e a Neve*, 1947, sem dúvida um dos seus melhores livros, que se baseia na carreira de um pastor que se torna tecelão e que, entre outras coisas notáveis, nos dá a imagem de um velho operário autodominado e sindicalmente instruído, que hoje nos impressiona pelas regras infalíveis do seu esperantismo e, entre outras coisas típicas do tempo, pelo regime vegetariano, e que cai vítima de um capitalismo sem freio (contém episódios inesquecíveis, claramente abafados pela censura psicológica que a Censura oficial internalizou no espírito do escritor, além de quadros flagrantes de uma vida pastoril que se apagou e de uma vida fabril hoje também transformada; *A Curva da Estrada*, 1950, mais intimista, decorrido todo nas intrigas e relações familiares de um dirigente socialista espanhol em vésperas do levantamento de Franco, envelheceu mais depressa, embora dispusesse de material colhido em primeira mão para a *Guerra de Espanha*, que nos deixou incompleto no volume *Os Frag-*

mentos, editado postumamente pela mulher e dedicada companheira Elena Muriel Ferreira de Castro, pintora, uma emigrada da revolução franquista, com quem casou em França em 1938 e que o acompanhou até a morte.

Mal sugeri uma ou outra abordagem crítica, neste artigo que quase simplesmente acompanhou o teor da bibliografia focada. Só não posso deixar de testemunhar perante a memória, hoje tão injustamente esquecida de Ferreira de Castro, a minha gratidão pelo sacrifício que fez em 1936-38 quando, inteiramente à sua custa, se prontificou a pagar a sua estadia num hotel do Porto, para servir de testemunha num julgamento iníquo de 53 indivíduos, com a duração de vários meses, que, de qualquer maneira, deram a sua fé ao direito de pensar e escrever livremente, e que nem sequer eram necessariamente correligionários.